

Parecer nº 106/97

Data: 1997.11.05

Processo nº 264

Reclamante: Comissão de Protecção da Zona Envolvente dos Moinhos de Sevilha.

Entidade reclamada: Câmara Municipal de Tábua.

I

Os Factos

1. A Comissão de Protecção da Zona Envolvente dos Moinhos de Sevilha, sediada no Município de Tábua, por si (ou, face à incerteza quanto à efectiva personalidade jurídica desta Associação, pelos subscritores da reclamação e do requerimento tacitamente indeferido: Luís Filipe Almeida de Lorena Pinto Barbosa; José Avelino Correia da Costa e Rogério Carlos Costa Brito, identificados por indicação de Bilhete de Identidade em “abaixo - assinado” anexo) vem reclamar junto da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos da “... recusa do pedido de acesso a documentos da Administração Pública que efectuou **em 10 de Junho de 1997 ...**” ao Presidente da Câmara Municipal de Tábua.
2. É ainda solicitado à CADA “... aconselhamento para os passos a efectuar de modo a ver reconhecidos aos contribuintes o direito de verificação dos actos administrativos bem como o apoio justo e legal...”, para o que considera um problema institucional.
3. A reclamação (doc. com entrada, na CADA, nº 95-L-1, em 29 de Setembro de 1997) **data de 13 de Setembro de 1997** e, posto que sem referência aos preceitos legais que caracterizam o indeferimento tácito e à possibilidade de reclamação (nºs 3 e 4 do artigo 15º da LADA), deve entender-se como tal e portanto ser objecto de apreciação.

4. Por sua vez, o requerimento de acesso dirigido à entidade reclamada - Presidente da Câmara Municipal de Tábua, é datado de 10 de Junho de 1997 e o seu objecto era obter, como se transcreve:

“1 - O processo de licenciamento de construção de habitação situada por baixo do Miradouro de Sevilha bem como o processo de licenciamento da reconstrução realizada em 1994.

11 - O processo de remoção do varão colocado a meio do Miradouro de Sevilha pelo proprietário da habitação em questão, que a Câmara Municipal de Tábua accionou ao Ministério Público e a resposta deste Órgão de Estado.

111 - A Acta da reunião Ordinária da Câmara de 25 de Março de 1997, que certifique o teor da interpretação de Luís Filipe AL Pinto Barbosa ao Presidente da Câmara, sua resposta, e a intervenção dos vereadores que tomaram a palavra a este respeito, senhores Serafim Martins, Eduardo Pereira e Serafim Alexandre”.

II

Enquadramento Legal

5. Conquanto a reclamante o não defina, não tendo a Câmara Municipal de Tábua produzido qualquer resposta ao requerimento de acesso, datado de 10/06/97, nos termos do nº 3 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), deve considerar-se que houve indeferimento tácito.
6. Perante tal indeferimento, nos termos combinados do citado artigo 15º, nº 4, e do artigo 16º, nº 1, também da LADA, o interessado tem o direito de reclamar do mesmo, perante a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o que se considera realizado, ainda que não seja feita, mais uma vez, invocação do preceituado.

7. Efectivamente, em conformidade com o nº 1 do artigo 7º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, todos têm direito de “... acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo”, logo tal direito assiste ao reclamante, tanto quanto em nome da Comissão aludida como na simples qualidade de subscritores dos documentos que motivam à reclamação.
8. Na verdade, os processos e outros elementos requeridos à Câmara Municipal de Tábua, conforme referência no ponto 4, desta apreciação, por transcrição do respectivo requerimento, consubstanciam-se, essencialmente, como documentos de puro interesse administrativo, nos termos definidos na alínea a) do nº 1 do artigo 4º da LADA, não detendo, em princípio, características que impeçam o acesso nos termos inicialmente requeridos (“... consulta gratuita ... bem como sua reprodução por fotocópia segundo os preços tabelados por lei”), conforme nº 3 do artigo 7º da LADA e, agora, considerando também o Despacho Conjunto nº 280/97, de 07/08/97, publicado no Diário da República, II Série, nº 200 - de 30/08/1997, a fls. 10.658.
9. No respeitante ao ponto anterior, a eventualidade de existência de documentos com carácter nominativo ou dados pessoais, que se desconhece, deve merecer a atenção da entidade reclamada, quanto às regras de acesso, sem prejuízo da entrega dos documentos, nas condições pedidas, que se enquadrem no conceito de documentos administrativos, referido na alínea a) do nº 1 do artigo nº 4 da LADA.
10. Todavia, se o acesso é reconhecido à reclamante e é, igualmente, seu direito reclamar do indeferimento tácito observado quanto ao requerimento de acesso dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Tábua, o mesmo não pode ser exercido em qualquer momento, mas sim dentro do prazo legalmente estabelecido.

Neste caso, observa-se que a reclamação deve ser produzida atempadamente, ou seja, dentro do prazo de 10 dias úteis (nº 1 do artigo 16º da LADA e 72º do Código

do Procedimento Administrativo) a contar do termo do prazo de 35 dias que o nº 3 do artigo 15º da Lei citada estipula como limite para a resposta da Administração.

11. Em conformidade com os documentos que constituem este processo, nomeadamente requerimento de acesso e reclamação, o **primeiro data de 10 de Junho de 1997** (e, por informação telefónica da Câmara Municipal de Tábua, entrou ali no subsequente dia 12) e o segundo data de **13 de Setembro do ano em curso**, mas só entrou na CADA, como vimos, em 29/09/97.

Assim, aquele prazo de dez dias para reclamação mostra-se largamente excedido, pois terminou em 14/08/97, uma vez que o prazo de 35 dias para formação da recusa tácita terminou em 31/07/97.

12. Por contacto telefónico com os serviços da Câmara Municipal de Tábua fomos informados de que o pedido de acesso foi, pelo menos quanto ao seu ponto 111, considerado ininteligível, já que não se realizou, em 25 de Março de 1997, qualquer reunião ordinária da Câmara em causa nem foi possível saber-se em que acta se encontrariam os elementos citados naquele ponto do requerimento, facto que, foi dito, terá tornado a resposta impossível.

Claro que não se pode assim entender pois que, caso tivesse havido outra vontade de informar, ter-se-ia solicitado ao requerente o devido esclarecimento ou informado das razões da impossibilidade, o que, sabemos, não sucedeu.

13. Por fim, relativamente à solicitação de “aconselhamento” conforme se cita no ponto 2 deste parecer, conhecido que é o âmbito de competências da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, estabelecido no artigo 20º da LADA, não pode a mesma ir além do que o normativo determina, salvo por simples referência a preceitos e diplomas que se relacionem com as matérias em apreço ou outros que esclareçam da situação controversa.

III

Conclusão

14. Em conformidade com o exposto, considerando a extemporaneidade da reclamação, como se demonstrou acima, nomeadamente nos pontos 10 e 11 e considerando as competências da CADA, estabelecidas no artigo 20º da LADA, que não lhe permitem ir além do seu âmbito de actuação, posto que sem prejuízo da prestação da informação em cada circunstância exigível, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, nos termos do nº 2 do artigo 16º da LADA, **delibera não emitir parecer favorável à reclamação e informar o reclamante da possibilidade que mantém de retomar o processo de acesso, nos termos estabelecidos na Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, junto da entidade reclamada, e da eventualidade de reclamação em tempo oportuno, caso venha a subsistir qualquer umas das formas de indeferimento previstas.**

Lisboa, 5 de Novembro de 1997.

Francisco de Brito (Relator) - *José Magalhães* - *João Figueiredo* – *José Renato Gonçalves* - *Branca do Amaral* - *João Labescat* - (tem votos de conformidade do Senhor Deputado Silva Marques e do Senhor Prof. Doutor Narana Coissoró, que não assinam por já não estarem presentes) - *Castro Martins* (Presidente).